



Extensão Universitária e Ensino Médio: Pensando em Conteúdos Locais/Regionais

University Outreach And High School: Thinking About Local/Regional Contents

Valter Luiz de Macedo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/3953886082603773>

Resumo: Este texto propõe uma aproximação entre extensão universitária e ensino médio, especialmente no que se refere ao ensino da Geografia e suas discussões sobre realidades locais/regionais e “espaço vivido” pelos estudantes. Tais discussões extrapolam os conteúdos do livro didático (ainda padronizado a nível nacional) adotado em sala de aula, em especial no ensino público, ao mesmo tempo em que as políticas educacionais vigentes no Brasil pós 1988 impõem que conteúdos regionais, estaduais e locais sejam inseridos no cotidiano escolar. Este hiato é um problema em várias dimensões e uma delas, por exemplo, se refere ao fato de que importantes vestibulares no país incluem sistematicamente temáticas locais/regionais em suas questões de prova. Assim, este texto busca reunir reflexões para pensarmos em uma ação extensionista universitária junto ao ensino médio público que crie diálogos entre saberes e realidades próprias, atendendo tais demandas, criando experiências de conhecimento compartilhado e de estreitamento da vida escolar com a universidade e fortalecendo o tripé ensino-pesquisa-extensão.

Palavras-Chave: extensão universitária; ensino médio; geografia; BNCC; realidade local/regional.

Abstract: This text proposes an approximation between university outreach and high school, especially with regard to the teaching of Geography and its discussions on local/regional realities and “space lived” by students. Such discussions go beyond the contents of the textbook (still standardized at the national level) adopted in the classroom, especially in public education, while at the same time the educational policies in force in Brazil after 1988 require that regional, state and local content be inserted in the daily school. This gap is a problem in several dimensions, and one of them, for example, refers to the fact that important university entrance exams in the country systematically include local/regional themes in their test questions. Thus, this text seeks to bring together reflections to consider a university extension action in public high schools that creates dialogues between knowledge and specific realities, meeting these demands, creating experiences of shared knowledge and strengthening the connection between school life and the university, and reinforcing the teaching-research-extension triad.

Keywords: university outreach; high school; geography; NCCB) local/regional reality.

INTRODUÇÃO

Pensar em novas práticas e saberes aplicados ao processo mais amplo de ensino e aprendizagem, na busca por respostas efetivas aos múltiplos desafios a serem superados por sociedades desiguais e injustas, como a brasileira, é imposição

no debate contemporâneo sobre o papel social e as possibilidades de ação das escolas e das universidades. Neste contexto, nenhuma disciplina ou campo do saber que se dedique à análise social deve se furtar do seu dever e potencial de contribuição para que a realidade plural e desafiadora da experiência humana em sociedade seja compreendida e refletida na formação de cidadãos também plurais e desafiadores.

Escolas e universidades não podem mais, como em muitas vezes ao longo do tempo e em muitos casos ainda na atualidade, ficarem restritas à transmissão linear de conteúdos. Ao contrário, são chamadas à promoção de experiências que integrem conhecimentos dos mais variados naipes e origens (do acadêmico em seus múltiplos olhares ao produzido por demais agentes sociais a exemplo dos próprios estudantes em suas realidades), além de ações inovadoras deles decorrentes. Nesta perspectiva, pensamos em inovação pedagógica menos em seu caráter meramente tecnológico e mais no sentido de construção de metodologias construtoras de autonomia, criticidade e participação ativa.

Em nosso caso específico, e considerando o contexto atual do sistema de ensino brasileiro, a Geografia assume especial papel nesta referida formação como disciplina com olhar propositivo sobre a realidade. Portanto, dialogar sobre diferentes abordagens e estratégias no ensino, confirmando e/ou ressignificando propostas correntes e, sobretudo, apontando para novas práticas e possibilidades, torna-se imperativo na medida em que se ampliam os desafios do tempo presente.

Importante frisar que, na experiência brasileira após a Constituição Federal de 1988, têm sido evidentes iniciativas que buscam aproximar ambiente escolar (em seus níveis básico, fundamental e médio) e produção acadêmica voltada para a dimensão empírica e representações sociais dos atores envolvidos. Tal realidade foi impulsionada pelo caráter dado à Educação neste período e, sobretudo, pela Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996) que apontou a necessidade de discussão sobre uma Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) e a pertinência de conteúdos programáticos voltados para as realidades regionais, estaduais e locais vividas pelos estudantes em nosso país. É neste sentido que o pensamento e o fazer acadêmicos (o viés extensionista aí incluído também) têm contribuído para que propostas teórico-metodológicas sejam discutidas no âmbito da referida Lei, vista aqui como campo de possibilidades e embates no contexto da realidade brasileira.

Nestes termos, o presente texto se propõe a pensar na possibilidade de estreitamento de vínculos entre o cotidiano do Ensino Médio, em especial do sistema público, e a extensão universitária voltada para a discussão de temas centrados no olhar geográfico sobre nossa sociedade, em diferentes escalas. E faz lembrando que o currículo nacionalizado para este nível de ensino não contempla a realidade específica das distintas unidades federadas do país, mesmo estas sendo recorrentes em diversos concursos de seleção a serem enfrentados pelos estudantes, inclusive, para o acesso à vagas no ensino superior.

Na busca por superar tal hiato, pensamos na aproximação entre extensão universitária e Ensino Médio como uma possibilidade real, efetivando o conhecimento acadêmico, e geográfico em específico, para além do ambiente universitário e

também pensando em novas estratégias de formação ampliada e crítica dos alunos no Ensino Médio a partir da leitura geográfica de suas próprias realidades.

REALIDADE LOCAL/REGIONAL E ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

Como dito, o debate contemporâneo sobre práticas efetivas no processo de ensino e aprendizagem precisa responder aos desafios impostos pela sociedade em sua realidade plural e dinâmica. E, como sinalizamos também, um caminho profícuo é o que torna central as diferentes formas de representatividade dos estudantes, inclusive, a partir de suas próprias realidades e vivências (Santos e Ferreira, 2025; Sousa *et al.*, 2020). E sinalizamos este ponto como fazer pedagógico que promova autonomia, criticidade e participação ativa.

Nestes termos, pensar em novas práticas e saberes, incluindo os geográficos, que aproximem os estudantes dos conteúdos escolares e as escolas e universidades de suas populações e comunidades, abre espaço para pensarmos na aproximação entre extensão universitária e Ensino Médio na valorização das realidades de seus próprios agentes sociais envolvidos.

Em uma via deste diálogo, as atividades extensionistas podem se desenvolver estabelecendo o diálogo entre universidade e comunidade, disponibilizando seus saberes em favor da reflexão crítica sobre seus problemas reais e de propostas para soluções socialmente relevantes. Na articulação com as escolas, vias de cooperação pelo pertencimento ampliam horizontes de compreensão sobre o mundo e de ações coletivas efetivas contra problemas coletivamente experienciados.

Em outra via deste diálogo, os horizontes de compreensão sobre o mundo também se ampliam para o próprio saber acadêmico uma vez que, vivendo realidades para além de seus próprios muros, amplia e aprofunda suas próprias questões de trabalho e suas bases tanto metodológicas quanto epistemológicas. Para a universidade, o conhecimento mais próximo de outras realidades pode se tornar mais propensa a novas pesquisas e processos de formação de profissionais (também docentes) atentos a olhares múltiplos e socialmente comprometidos. A experiência aqui oferece oportunidades de quebras de hierárquica do saber, com a universidade também aprendendo com o ambiente escolar.

Em específico neste texto, a Geografia também tem muito a oferecer e a se ampliar com esta proximidade (Copatti, 2024). De uma forma mais geral possível, como campo do saber voltado à reflexão acerca das relações dialéticas entre sociedade e natureza, alguns de seus conceitos-chaves e metodologias poderiam ser acionados. Em específico aqui, a ideia de “espaço vivido” assume relevância ao destacar o recorte do espaço estabelecido por experiências, percepções e por práticas cotidianas dos sujeitos sociais considerados (Macêdo, 2015). No caso de alunos do Ensino Médio, valorizar dados e experiências sobre suas realidades, rotinas, deslocamentos e percepções (elementos legítimos do estudo geográfico tanto acadêmico quanto escolar) é uma atitude que tende a motivar jovens, dando

sentido e engajando-os ativamente no processo de ensino e aprendizagem (Santos, 2025; Araújo *et al.*, 2023).

Como ações possíveis, indicamos atividades como a análise de realidades locais indicadas e/ou percebidas como importantes, mapeamentos participativos, estudos históricos sobre entorno e/ou bairro e/ou própria cidade e/ou Estado ou ainda identificação de fluxos de mobilidade urbana dos membros das turmas. Tais atividades configurariam novas práticas de ensino a partir do trabalho com a ideia de espaço vivido e da adoção de metodologias colaborativas que, por exemplo, concebessem a aprendizagem baseada em projetos endógenos, na investigação-ação, no uso também de tecnologias geoespaciais simples e mesmo em atividades de campo associando estas diferentes etapas, ferramentas e possibilidade de análise da realidade. Aliando referências locais, interação, protagonismo dos estudantes e construção mediada e coletiva do conhecimento, as chances para uma aprendizagem mais motivada, participativa, embasada e duradoura são ampliadas.

Estratégias assim são apenas alguns exemplos de ações que, se por um lado, possibilitam que a realidade dos próprios estudantes seja fonte ativa de informações para metodologias outras de pesquisa e de atuação universitárias, por outro lado, possibilitam que os próprios estudantes vivenciem seu empoderamento enquanto ser social fundamental em sua realidade e em nossa sociedade enquanto efetivamente abrem oportunidades para que eles desenvolvam competências científicas.

Aqui, o espaço vivido e a valorização da participação e da representatividade possibilitam, além do que já foi listado, a ampliação dos objetivos preconizados pela legislação definidora dos programas de extensão universitária no país ao mesmo tempo em que vão ao encontro de metodologias de ensino e aprendizagem que promovam uma leitura crítica da realidade. Entendendo, na prática, que por exemplo as desigualdades, as políticas públicas, as formas históricas de ocupação espacial influenciam de forma direta suas próprias vidas, propostas assim fortalecem uma formação cidadã comprometida com a transformação social, que, como veremos na sequência, é um dos objetivos centrais da legislação brasileira sobre Educação. Por outro lado, também é um dos pilares da própria extensão universitária.

LEGISLAÇÃO E ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO

A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014) cobrou uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) para o país, estabelecendo um campo de possibilidades e embates (Süsskind, 2014) no contexto das políticas educacionais no Brasil. Desde então, e naquilo que é central neste texto, as discussões são travadas no sentido de indicar o que seriam conteúdos comuns para as escolas de Ensino Médio público no país ao mesmo tempo em que indicam a necessidade de que conteúdos regionais, estaduais e locais que marcam a vida cotidiana dos estudantes nas distintas partes do país sejam efetivamente também trabalhados em salas de aula.

Enquanto a BNCC contava com sucessivas versões apresentadas pelo governo federal para aprovação no Conselho Nacional de Educação, a prática escolar tem buscado se adequar às normas estabelecidas quanto aos conteúdos que denotam “a força do lugar e do cotidiano” e que privilegiam o “espaço vivido” pelos estudantes (Brasil, 2017; Macêdo, 2015). É exatamente neste contexto que pensamos na possibilidade de aproximação entre Ensino Médio e universidade através de compartilhamento de saberes e de experiências e de estreitamento de laços que, infelizmente, não existem em muitos casos (Saggiorato e Leme, 2020; Girotto, 2014; Macedo, 2014; Franco, 2009).

Pensando aqui nas distintas realidades de cada unidade federada brasileira (seja Estado ou município), ou mesmo realidades regionais que congreguem o todo ou partes destes entes federados (partes de um Estado ou grupos de Estados ou ainda grupos de municípios de um mesmo Estado ou interestaduais), falamos aqui em uma ação extensionista como possibilidade de atendimento a uma demanda por diálogos sobre cotidiano, formação histórica, impasses e possibilidades desses recortes espaciais possíveis, contribuindo, nos moldes indicados por Freire (1997) e Callai (2012), para uma formação compartilhada e de “mão dupla”, entre ensinar e aprender, entre estudantes e professores universitários e estudantes e professores do Ensino Médio.

Para além de conteúdos gerais, na escala do nacional, a ideia aqui é de que universidade e ambiente escolar se aproximem para conversar sobre temas que, se por um lado, são fundamentais por serem o próprio cotidiano de ambos, por outro, atenderiam às novas orientações da legislação educacional brasileira e ainda teriam o intento de configurarem como elemento de preparação e de estudo para os exames de admissão nas próprias universidades envolvidas. A ação extensionista cumpriria sua missão nata de se fazer para além do próprio ambiente acadêmico e ainda retroalimentaria o interesse da sociedade pela Instituição proponente, ampliando possibilidades de acesso às suas vagas de estudo via concursos anuais de admissão.

Assim, ressaltamos que a ação extensionista se justifica a partir do que são as bases da própria atividade de extensão universitária: 1) contribuir para o ganho social de seu público-alvo (ao buscar experiência dialógica na formação ampliada e crítica dos estudantes envolvidos, oferecendo a possibilidade de uma preparação mais abrangente para o processo seletivo de ingresso na universidade proponente e uma formação cidadã mais ampla em muitos sentidos) e 2) construir efetivos mecanismos de conhecimento compartilhado, estreitando laços entre vidas escolar e acadêmica que, em última análise, aproximam universidade e público externo, popularizam o saber e fortalecem mutuamente os envolvidos (Sousa *et al.*, 2020).

Pensar o ensino de Geografia no contexto, propondo abordagens inovadoras que ampliem as relações em sala de aula também para além dela, nos motivou a buscar na própria universidade caminhos possíveis para o estreitamento de laços entre esta e o sistema geral de ensino anterior ao acesso aos cursos superiores, promovendo-o também. Na base do que é discutido neste texto, lembramos que o grande desafio para um ensino superior que se pretende socialmente referenciado

é o de ser efetivo naquilo que lhe é estrutural por princípio: desenvolver de maneira profícua o “tripé” formado por ensino, pesquisa e extensão.

Olhando em particular a extensão universitária, e mais ainda, a extensão universitária em suas relações com o processo educativo em geral, partimos da premissa de que as atividades extensionistas devem primar, como dito, por uma práxis que promova um sistematizado processo de troca de saberes. Olhando, por sua vez, um processo educativo aliado aos necessários mecanismos de justiça social, a universidade e demais instituições de ensino devem ser propícias à inclusão social e qualificação de indivíduos com senso crítico e consciência cidadã. E, importante ressaltar, que tais atributos são apenas atingidos com diálogo e pluralidade de experiências e vivências, incluindo aqui o próprio professor e as especificidades de seu saber (Batista *et al.*, 2019; Mormul, 2018; Lopes, 2016; Diniz-Pereira, 2014; Tardif, 2014).

Assim, quando falamos na Geografia estreitando laços entre Ensino Médio e extensão universitária, pensamos na possibilidade de vínculos efetivos entre a produção acadêmica do conhecimento geográfico (mesmo atentos aos diferentes recortes espaciais específicos das diversas universidades brasileiras, sobretudo das atreladas às escalas estaduais e regionais de atuação e análise) e a sua realização também em ambientes dedicados, em particular, ao Ensino Médio por conta das temáticas propostas para as discussões relacionadas diretamente com os conteúdos sobre realidades locais e regionais cobrados em seus vestibulares.

Em outras palavras, uma proposta nestes termos buscaria, em sua essência, funcionar como um instrumento de divulgação e de discussão de conhecimentos produzidos no âmbito universitário sobre as realidades locais e/ou regionais em ambientes para além destes, contribuindo decisivamente, por outro lado, para o ganho na oferta de conteúdo crítico notadamente junto ao Ensino Médio do sistema público de educação ao preencher lacunas de discussões indicadas pela legislação específica vigente.

No entanto, e é importante reafirmar e ampliar listagem, que independente do recorte espacial adotado (a depender das instituições proponentes), a aproximação entre extensão universitária e Ensino Médio concorreria para conquistas como: 1) contribuição para a formação ampliada e crítica de estudantes não universitários ao promover o contato com nomes atuantes no nível superior de ensino, pesquisa e produção textual e o estreitamento de laços com a troca de experiências de ensino e vivência; 2) desenvolvimento de uma prática em que, partindo do princípio da pluralidade de concepções pedagógicas, as perspectivas teóricas e metodológicas da Geografia e do seu ensino sejam experimentadas em uma perspectiva interdisciplinar; 3) divulgação para públicos mais amplos e distintos da vida acadêmica de nomes referenciais da pesquisa e do ensino em cada cidade e estado e de seus estudos e contribuições para o debate sobre as realidades locais e/ou regionais produzidos na universidade; e 4) popularização da própria instituição universitária ao prestar um serviço socialmente relevante e retroalimentar o interesse social por seus cursos, instrumentalizando e incentivando a participação dos estudantes em seus processos seletivos de admissão.

Assim, baseado na pluralidade de concepções pedagógicas como elemento do ensino em todos os níveis, inclusive no ensino superior, a Geografia pode estreitar laços entre Ensino Médio e extensão universitária divulgando conteúdos que lhes são próprios (ou ainda em suas relações com outros campos do saber) e, em consonância com as leis de Educação vigentes no país, incentivando discussões ampliadas sobre “a força do lugar e do cotidiano” (Brasil, 2017; Macêdo, 2015) e buscando reunir dialeticamente em seu “fazer” tanto pesquisa universitária quanto práticas de ensino em distintos níveis.

Por fim, vale ressaltar que, ao pensarmos em estreitamento de laços entre Ensino Médio e extensão universitária, lembramos que a universidade é, em si, uma organização humana de natureza comunitária e que suas ações extensionistas são expressão fundamental do seu compromisso institucional uma vez que caracteriza sua potencialidade educacional e social e lhe é um elemento essencial de sua própria identidade institucional.

No entanto, reforça-se aqui novamente, a prática extensionista não deve ser vista como de via única em que a universidade leva seu saber para cidadãos externos à vida acadêmica. Ao contrário, deve ser percebida como um processo “aprendente”, de mão dupla, que possibilita à comunidade acadêmica, acrescida e confrontada em seu contato com a sociedade, a oportunidade de reelaboração de sua própria práxis e conhecimento (Freire, 1997).

E, em particular, neste campo profícuo de novas possibilidades, a Geografia tem muito a contribuir por conta de sua própria natureza questionadora, dialógica, holística e crítica a respeito das grandes assimetrias e contradições, cada vez mais evidentes e abertas ao necessário debate, que marcam as relações socioambientais no nosso tempo presente. Contribuir neste sentido foi o intento deste texto em meio a muitas discussões e propostas possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na relação entre extensão universitária e Ensino Médio a partir, por exemplo, de conteúdos nas escalas do local e do regional em nosso país, e ainda o fazendo pelo olhar da Geografia, nos fez discorrer sobre a valorização dos espaços vividos como práxis de processos experienciados de ensino e aprendizagem. E, desta forma, enfatiza-se uma proposta educativa mais crítica, democrática e socialmente referenciada, reconhecendo que ensinar e aprender são também formas de estar no território, interpretá-lo e transformá-lo. Juntas neste caminho, escola e universidade ampliam-se mutuamente e são instituições comprometidas na formação indivíduos que percebem o mundo como um constante ato de compartilhamentos.

Enfatizamos em particular que a Geografia é uma disciplina fundamental para discussões sobre realidades em diferentes escalas de análise e a nossa legislação educacional vigente reconhece tal aspecto. Por outro lado, o conhecimento geográfico produzido/acumulado na universidade deve buscar permanentemente formas de ampliar seu alcance e cumprir-se enquanto socialmente relevante. De

forma dialética, afirma-se também a possibilidade da própria Geografia avançar, aprendendo também novas práticas e saberes. Assim, e percebendo um hiato entre a realidade educacional básica em nosso país (em que conteúdos são nacionalizados) e as demandas legais por conteúdos regionais, estaduais e locais nas escolas, o presente texto apontou para a possibilidades de aproximação entre Ensino Médio e prática extensionista universitária no âmbito da Geografia, em particular.

Em síntese, a discussão aqui partiu de lacuna no cotidiano escolar da rede pública do Ensino Médio para defender um diálogo entre universidade e escola básica, não efetivamente usual como estratégia de ensino-aprendizagem no atual Ensino Médio público em nosso país.

O presente texto, portanto, se enquadra no esforço de debate e proposições de iniciativas que efetivem e consolidem a presença do conhecimento acadêmico, e geográfico em específico, para além do ambiente universitário, contribuindo para pensarmos em novas abordagens de ensino e também, e de forma direta, para a formação ampliada e crítica dos alunos no Ensino Médio em relação ao conhecimento e questionamento de sua realidade em diferentes escalas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Larissa Romana de Oliveira; PESSANHA, Letícia Alves; LOPES, Victoria Vicente Rodrigues. A prática pedagógica disciplinar e a Geografia Escolar. *Revista Ensino de Geografia*, Recife, UFPE, v. 6, n. 2, pp. 63-79, 2023.
- BATISTA, Natália Lampert; DE DAVID, César; FELTRIN, Tascieli. Formação de professores de Geografia no Brasil: considerações sobre políticas de formação docente e currículo escolar. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 23 e13, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/41062>. Acesso em: 27 de mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- BRASIL. Presidência da República. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 13 de mar. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 de mar. 2021.
- CALLAI, Helena Copetti. Educação Geográfica: ensinar e aprender Geografia. In: CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; MUNHOZ, Gislaine Batista; ARROIO, Agnaldo (Orgs). Conhecimentos Escolares e Caminhos Metodológicos. São Paulo: Xamas, 2012. p. 73-87.

COPATTI, Carina. Geografia(s) Escolar(es) que aprendemos e que fazemos: possibilidade de resistência pelo pensamento pedagógico-geográfico de professor. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 14, n. 24, pp. 05-19, jan./dez. 2024.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Da racionalidade técnica à racionalidade crítica: formação docente e transformação social: perspectivas em diálogo. Educação e Sociedade, 21 (1): 21-33, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/15>. Acesso em 12 de nov. 2020.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Prática docente universitária e a construção coletiva de conhecimentos: possibilidades de transformações no processo ensino-aprendizagem. São Paulo: EdUSP, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 6^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. Entre a escola e a universidade: O produtivismo-aplicacionismo na formação de professores em Geografia. 237 páginas. (Tese de Doutorado). Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo/SP: USP/FFLCH, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02072014-125310/publico/2013_EduardoDonizetiGirotto.pdf. Acesso em: 11 de ago. 2021.

LOPES, Claudivan Sanches. O trabalho pedagógico do professor de Geografia e seus saberes. In: PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos de; RIBEIRO, Solange Lucas (Orgs). Formação e Docência em Geografia: narrativas, saberes e práticas. Salvador: EdUFBA, 2016.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para Educação. e-Curriculum, PUC-SP, v. 12, nº 3, pp. 1530-1555, out./dez., 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21666>. Acesso em 12 de nov. 2020.

MACÊDO, Helenize Carlos de. Refletindo sobre o espaço vivido: o lugar na construção dos conhecimentos geográficos. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 5, nº 10, p. 152-165, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/256>. Acesso em 12 de set. 2021.

MORMUL, Najla Mehanna. O papel do professor de Geografia na sociedade contemporânea. Perspectiva Geográfica, Marechal Cândido Rondon, v. 13, n. 18, p. 32-41, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/19667>. Acesso em: 25 de mar. 2021.

SAGGIORATO, Bruno; LEME, Ricardo Carvalho. Os saberes do professor de Geografia. Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 24, e35, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/42578>. Acesso em: 15 de mar. 2021.

SANTOS, Clézio dos. Inovação no ensino de Geografia e as práticas extensionistas na Educação da Baixada fluminense. Ciência Geográfica, Bauru, ano XXIX, v. XXIX (1), pp. 290-305, jan./dez. 2025.

SANTOS, Ivaneide Silva dos; FERREIRA, Carlos Lima. O Estágio Supervisionado em Geografia e o protagonismo discente frente à curricularização da extensão. Revista Ensino de Geografia, Recife, UFPE, v. 8, n. 1, pp. 01-18, 2025.

SOUSA, Ianed da Luz; NAKASHIMA, Rosária Helena Ruiz; GUTBERLETT, Jutta. A Extensão Universitária: espaço de comunicação e de transformação social. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 28, n. 4, pp. 372-395, out./dez. 2020.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. As (im)possibilidades de uma Base Comum Nacional. e-Curriculum, PUC-SP, v. 12, nº 3, pp. 1512-1529, out./dez., 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21667>. Acesso em: 12 de nov. 2020.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 17^a ed. Petrópolis: Vozes, 2014.